



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Requerimento de Informação n° 13/2024

Processo Número: **1455/2024** | Data do Protocolo: 05/02/2024 16:13:36



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100320033003300390035003A004300, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nos termos do artigo 20, inciso XVI da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 do Regimento Interno, requero seja oficiado o Senhor Secretário de Segurança Pública, Guilherme Muraro Derrite, para que preste as seguintes informações sobre ações policiais em curso na Baixada Santista, em especial sobre a denominada "Operação Escudo" que, segundo definição da própria SSP, tem como objetivo "restabelecer a ordem pública e a sensação de segurança na comunidade local, além de prender os responsáveis pelas ações criminosas contra os agentes de segurança".

1. Quantas ações da Operação Escudo já ocorreram, em que locais, duração de cada e qual o planejamento para que outras aconteçam?
2. Quantas mortes de civis e quantas mortes de policiais militares ocorreram desde o início da Operação Escudo até o presente momento, relacionadas a ações da Operação?
3. Quais são os indicadores dos níveis de desempenho e eficácia das Operações Escudo?
4. A partir do momento em que uma ação da Operação Escudo é desencadeada, qual protocolo de ações passa a ser utilizado?
5. Qual o efetivo total mobilizado em cada uma das ações da Operação Escudo?
6. Quantos policiais do total do efetivo mobilizado utilizavam câmeras corporais durante as ações da Operação?
7. Nas novas ações da Operação Escudo, está sendo garantida a utilização de câmeras corporais pelos policiais?
8. Em janeiro deste ano o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, a partir do trabalho de especialistas, exarou recomendações sobre as instalações dos equipamentos nos uniformes durante todo o expediente de policiais, dentre outros tópicos de procedimentos. O Governo Estadual irá adotar as recomendações do CNCP? Se sim, em que fase está o planejamento e qual a previsão para implementação das recomendações? Qual o valor de investimento previsto para cada uma das recomendações? Se não, qual a justificativa para a não adoção das recomendações?
9. Quais medidas de inteligência estão sendo adotadas para a redução de ocorrências de letalidade, tanto de civis quanto de policiais?
10. Quais medidas são comumente adotadas para que a população moradora das comunidades, objeto da Operação Escudo em função de viverem em áreas suscetíveis à penetração do crime organizado, não seja penalizada pelas ações operacionais?
11. Os policiais envolvidos na Operação Escudo são os mesmos que realizam as ações da Operação Verão? Qual a relação entre essas operações?
12. Todos os policiais envolvidos na Operação Verão na Baixada Santista utilizam câmeras corporais?
13. Quais investimentos estão sendo planejados e também quais procedimentos estão sendo adotados no que diz respeito ao armazenamento de dados das câmeras corporais?





JUSTIFICATIVA

Conforme matéria veiculada pela Folha de São Paulo, edição de 01/02/24, no ano de 2023, 353 de pessoas mortas foram por policiais militares em serviço no estado de São Paulo ante 256 no ano de 2022, denotando um aumento de 38% na comparação dos dois períodos. Dois fatos chamam particularmente a atenção. Um deles diz respeito à constatação de que o aumento das mortes coincide com o período em que o governo de São Paulo parou de investir na aquisição de câmeras corporais. O outro relaciona-se especialmente à Operação Escudo na Baixada Santista em que 36 pessoas foram mortas pela polícia, somente entre julho e outubro de 2023. A primeira ação da Operação teve início após a morte de um soldado da Rota, no Guarujá, e a segunda intervenção ocorreu em São Vicente, após ataque a um policial militar aposentado. Matéria veiculada pela CNN em janeiro deste ano aponta outras duas mortes cometidas por policiais militares em uma nova ação da Operação Escudo, também iniciada após a morte de um policial em Cubatão, vítima de latrocínio. Além disso, neste ano de 2024, novas operações foram desencadeadas na região sul da capital e nos municípios de Santo André, Piracicaba e Guarulhos, conforme matéria jornalística publicada pela Folha de São Paulo, em 21/01/2024.

Em janeiro deste ano, recebi o Ofício nº 03/2024/GABINETE, correspondência oficial, do gabinete do Vereador Chico Nogueira, da Câmara Municipal de Santos, cuja cópia segue anexa ao presente, relatando vários abusos que estão sendo cometidos contra a população da Baixada Santista nas ações da Operação Escudo. Segundo consta em denúncia descrita no aludido Ofício, a comunidade da Vila Pantanal na Baixada Santista tem vivido vários abusos decorrentes de ações policiais: “Eles estão oprimindo as pessoas ‘24 por 48 horas’, com as crianças de férias! Invadiram a casa da minha filha, ela com bebê recém-nascida. Minha filha passou mal. Eu sei que eles têm que fazer o trabalho deles, mas não desse jeito, aqui tem pessoas do bem! A gente não tem culpa de morar numa comunidade, eles não respeitam! Entram na casa, eles invadem, eles quebram tudo, as pessoas dormindo, as crianças na rua, época de férias! Olha o calor que está, como as crianças presas dentro casa, não podem sair para a rua com eles armados, para cima e pra baixo! Oprimindo as crianças, dando geral nas crianças! Fala que vai matar, é isso que estamos vivendo Sr. Chico. Nós estamos pedindo paz, isso não é justo!”. O temor da população da Baixada Santista também está retratado na matéria do portal UOL, intitulada “Moradores de periferias temem violência policial com operações escudo” em matéria publicada na data de 26/01/2024, logo após o anúncio de quatro novas Operações.

Ainda, conforme balanço mencionado no Ofício do gabinete do Vereador Chico Nogueira, nos primeiros 40 dias da Operação Escudo no ano de 2023, 28 pessoas foram mortas e houve 958 prisões. “Segundo o Portal “Outras Palavras”, os familiares se mobilizaram para frear os ataques, foi realizada uma audiência pública na Unifesp em 25 de setembro que, segundo a Defensoria Pública de São Paulo, presente na audiência:

- 55% dos mortos não tinham passagem pela polícia;
- 76% não portavam drogas;
- 84% não foram apreendidos com arma;
- 67% eram negros.

Nenhuma das pessoas presas ou mortas estava vinculadas ao assassinato do policial da Rota”.

O ofício acima referido, aponta preocupação também com a Operação Verão, na Baixada Santista, “quando centenas de policiais, muitos dos quais em formação na Academia de Polícia do Estado, descem para a Baixada Santista para fazer o policiamento durante a temporada.”

Por fim, apenas no último final de semana dos dias 03 e 04 de fevereiro, outras seis mortes foram noticiadas por diversos veículos da imprensa, no âmbito da Operação Escudo.





Por tudo quanto exposto, solicito as informações acima detalhadas, em função de sua alta relevância, uma vez que o Estado, como detentor do monopólio do uso legítimo da força, deve agir para garantir a integridade e a segurança dos cidadãos dentro dos princípios do Estado Democrático de Direito.

Eduardo Suplicy



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100370037003300380036003A005000

Assinado eletronicamente por **Eduardo Suplicy** em 05/02/2024 15:20

Checksum: **96443C9AB32887357EC038CA6854801C205E17EF29C447B3FC6D02F93A00097C**



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100370037003300380036003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS
Gabinete do Vereador – Chico Nogueira

Ofício nº 03/2024/GABINETE

Santos, 12 de janeiro de 2024.

Ao

Excelentíssimo Senhor

EDUARDO MATARAZZO SUPLCY

Deputado Estadual de São Paulo

Assunto: Os moradores da Comunidade Vila Pantanal pedem Paz!

A comunidade da Vila Pantanal tem nos enviado, em estado de desespero, relatos de ações policiais realizadas há cerca de cinco dias no bairro marcadas por extrema violência, aparentemente em retaliação à ocorrência de um policial da corporação baleado no bairro. São ações como invasões de domicílios, ameaças à mão armada aos moradores, inclusive crianças, fechamento de comércio e outras ilegalidades conforme a transcrição de uma denúncia contundente gravado por uma moradora do bairro:

“Eles estão oprimindo as pessoas ‘24 por 48 horas’, com as crianças de férias! Invadiram a casa da minha filha, ela com bebê recém-nascida. Minha filha passou mal. Eu sei que eles têm que fazer o trabalho deles, mas não desse jeito, aqui tem pessoas do bem! A gente não tem culpa de morar numa comunidade, eles não respeitam! Entram na casa, eles invadem, eles quebram tudo, as pessoas dormindo, as crianças na rua, época de férias! Olha o calor que está, como as crianças presas dentro casa, não podem sair para a rua com eles armados, para cima e pra baixo! Oprimindo as crianças, dando geral nas crianças! Fala que vai matar, é isso que estamos vivendo Sr. Chico. Nós estamos pedindo paz, isso não é justo!...”



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS
Gabinete do Vereador – Chico Nogueira

Segundo o relato, inclusive, não se pode nem comprar um pão, pois a polícia manda fechar os mercados, os bares e fica com fuzil na mão na entrada da “favela” e mandam os moradores voltarem para casa! Por isso denunciemos o impedimento do direito de ir e vir! Há casos em que as mães se recusam em ir para o trabalho como medo de deixar seus filhos sozinhos nesse cenário de terror!

O contexto mais geral desta situação vivida pelos moradores da Vila Pantanal é marcado pelo trauma coletivo vivenciado pelas comunidades da Baixada Santista, onde moram milhares de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social, que sofreram os abusos e a violência dos chamados crimes de maio, quando dezenas de jovens, comprovadamente sem ligação com o crime organizado, foram assassinados em 2006 em retaliação à morte de policiais vítimas da ação de criminosos ligados à facções.

Mais recentemente, outra ação trouxe injustiça e trauma às comunidades, a “Operação Escudo”, cujo fim foi anunciado em setembro de 2023 pelo governo de SP, com o seguinte balanço:

Em 40 dias de operação, 28 foram mortos e 958 prisões (segundo o G1).

Segundo o Portal “Outras Palavras”, os familiares se mobilizaram para frear os ataques, foi realizada uma audiência pública na Unifesp em 25 de setembro que, segundo a Defensoria Pública de São Paulo, presente na audiência:

- 55% dos mortos não tinham passagem pela polícia;
- 76% não portavam drogas;
- 84% não foram apreendidos com arma;
- 67% eram negros.

Nenhuma das pessoas presas ou mortas estavam vinculadas ao assassinato do policial da Rota.

Em novembro o Secretário de Segurança Pública do governo do Estado, Guilherme Derrite anunciou a retomada da Operação Escudo que durou até a Operação Verão, quando centenas de policiais, muitos dos quais em formação na academia de polícia do Estado, descem para a Baixada Santista para fazer o policiamento durante a temporada. Cabe a pergunta: se a “Operação Verão”



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS
Gabinete do Vereador – Chico Nogueira

substitui a “Operação Escudo”, os métodos de repressão às comunidades utilizados são os mesmos?

As comunidades na Baixada Santista vivem aterrorizadas, em uma situação de violência de Estado permanente e seletiva levada a cabo pelo governo de São Paulo. Um policiamento que utiliza a técnica de manter as comunidades em estado de sítio permanente. Estamos falando de uma população de trabalhadores e trabalhadoras, crianças em idade escolar, mães aflitas com a segurança de seus filhos, comunidades religiosas, enfim, cidadãos inocentes que são tratados como suspeitos ou mesmo criminosos, sendo segregados.

Esta é a situação, segundo os moradores da Vila Pantanal, que já vivem em uma condição social bastante difícil de pobreza, muitas vezes de desemprego e trabalho precário, que tem que garantir a cada dia o sustento para suas famílias. Sofrem mais as mulheres pois na época de férias, nesse verão escaldante, muitas vezes não tem onde deixar seus filhos e tem que sair para o trabalho, mas como é possível com essa situação de violência policial no bairro, conforme relatado.

Essa situação é insustentável e por isso cobramos dos órgãos do sistema de justiça um equilíbrio e justiça social!

Sem mais para o momento, renovo os votos de elevada estima e consideração.



VEREADOR – CHICO NOGUEIRA
Presidente do Diretório Municipal do PT de Santos

